

Grupo de Trabalho TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS PÚBLICOS INCONDICIONADOS
(22/10)

Parámetros convencionales: protección judicial efectiva

Dr. Alfonso Jaime Martínez Lazcano (México)

O constitucionalismo e a força do Supremo Tribunal Federal

Mestrando Diogo Gomes Taborda (Brasil)

A proteção de dados pessoais como instrumento de tutela da dignidade da pessoa humana no direito moçambicano

Me. Amina Adão Saíde Abdala e Dr. Almeida Zacarias Machava (Moçambique)

Inteligencia artificial y derechos fundamentales: desafíos jurídicos en la protección de datos de los consumidores en Colombia

Me. Cindy Lorena Toloza Gamarra e Doutoranda María Angélica Sanchez Julio (Colômbia)

O uso das remotely piloted aircrafts no jornalismo e a ponderação do conflito com o direito à privacidade

Mestrando Otávio de Vargas Otilia (Brasil)

La filiación del hijo de crianza en Colombia. Protección de sus garantías fundamentales en el entorno de la familia de crianza

Me. Héctor Francisco Arévalo Fόμεque (Colômbia)

Reflexões sobre o desastre climático de maio de 2024: a tecnologia como ferramenta na proteção de direitos fundamentais e a constatação de proteção insuficiente do direito à educação em crianças e adolescentes

Me. Cinara Furian Fratton e Me. Patrícia Cunha (Brasil)

El poder transformador del feminismo: claves para el acceso y la permanencia de las mujeres en la universidad

Me. Anita Pérez Morales e Dr. Alfonso Jaime Martínez Lazcano (México)

Violência doméstica e desistência da medida protetiva: Reflexões sobre vítimas eternas e invisíveis com base na teoria freudiana

Me. Angelis Lopes Briseno de Souza, Mestrando Wanderson Marcello Moreira de Lima e Dr. Leonardo Macedo Poli (Brasil)

A importância da autonomia fiscal municipal no âmbito da segurança pública: uma análise da responsabilidade dos municípios diante dos aspectos multidisciplinares que envolvem as políticas públicas de segurança pública

Doutoranda Betieli da Rosa Sauzem Machado, Mestrando João Arthur Santos Flesch e Dr. Ricardo Hermany (Brasil)

Colaboração premiada como meio de investigação e obtenção de provas no combate às organizações criminosas

Esp. Sérgio da Silva Pereira (Brasil)

Lei Anticorrupção brasileira e a instituição de programas de integridade: alterações do Decreto n.º 11.129/2022

Doutoranda Chaiene Meira de Oliveira e Dr. Rogério Gesta Leal (Brasil)